



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO - DCI/PRESID

## ATA DA REUNIÃO INTERCÂMARAS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

2  
3  
4  
5  
6  
7  
8 Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quinze horas, na Sala de  
9 Vidro da Agência Nacional de Águas/ANA, localizada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 03,  
10 Bloco M – Brasília/DF, teve início a Reunião Intercâmaras do Comitê Interfederativo sobre a  
11 limpeza programada dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Baguari e de Aimorés, com  
12 videoconferência para Minas Gerais e Espírito Santo. Verificada a presença da maioria dos  
13 coordenadores de Câmaras Técnicas (lista de presentes anexa), a coordenadora da CT-SHQA  
14 cumprimentou todos os presentes e os demais membros via videoconferência. Na sequência, houve  
15 apresentação dos presentes em Brasília, Belo Horizonte e Vitória. A representante da SEMAD  
16 informou que a reunião intercâmaras foi solicitada, mediante necessidade identificada pelo IEF,  
17 para discussão ampliada e multidisciplinar sobre os assuntos relacionados à retomada da atividade  
18 de pesca na bacia do rio Doce, à sanidade dos pescados, à recuperação das espécies nativas da  
19 ictiofauna e a possibilidade de incentivar a criação de peixes em tanques-rede como alternativa  
20 econômica na região. O IGAM também apontou a necessidade de discussão dos possíveis impactos  
21 na qualidade da água e na ictiofauna a serem causados pelas operações de limpeza programada dos  
22 reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Baguari e de Aimorés, localizadas nos municípios de  
23 Governador Valadares e Aimorés, respectivamente. Os representantes da UHE Aimorés, consultores  
24 da CEMIG e da Potamos Engenharia e Hidrologia apresentaram a operação de limpeza de fundo da  
25 UHE, a ser realizada no próximo período chuvoso, que consiste no rebaixamento do nível d'água do  
26 reservatório em 1 m, no intuito de promover o arraste de sedimentos de fundo, como medida  
27 mitigadora do incremento de cheias a montante, principalmente na cidade de Resplendor. Foi  
28 explicado que o planejamento da operação é considerado de rotina e sua realização depende de  
29 vazões naturais do rio Doce, tendo sido realizadas simulações do comportamento do arraste de  
30 sedimentos em várias vazões de cheia, utilizando dados de batimetria do reservatório e tempo de  
31 recorrência. Segundo a consultoria, os dados de batimetria indicam que não ocorreu acréscimo  
32 significativo do aporte de sedimentos ao reservatório em razão do rompimento da barragem de  
33 Fundão. Durante o procedimento serão adotadas medidas de monitoramento ambiental e social,  
34 como coletas e análises da qualidade da água, resgate e transposição manual e seletiva da fauna  
35 aquática, adequações às captações ou fontes de abastecimento alternativas de água (se necessário) e  
36 programa de comunicação junto à população afetada. O representante da CT-BIO argumentou que,  
37 como as espécies aquáticas estão em situação muito crítica em toda bacia do rio Doce, recomenda-  
38 se que a UHE Aimorés tenha cuidado especial com as ações de resgate e transposição de peixes. O  
39 representante do IBAMA responsável pelo licenciamento ambiental da UHE Aimorés alertou que  
40 seria necessária uma avaliação dos impactos cumulativos desta operação com a limpeza do  
41 reservatório da UHE Baguari, em Governador Valadares. Os representantes da ANA mencionaram  
42 que não receberam formalmente nenhuma solicitação de operação programada de limpeza de fundo  
43 do reservatório da UHE Baguari. A representante do IGAM demonstrou preocupação com a  
44 elevação do nível de turbidez da água do rio Doce durante a operação de limpeza na UHE Aimorés,  
45 ressaltando que no PMQQS há uma indicação de suspensão da captação de água para abastecimento  
46 público sempre que o parâmetro ultrapassar 1050 NTU por 5 dias consecutivos. Nesse sentido, os  
47 representantes do IEMA alertaram que a UHE Aimorés deve adequar a frequência de  
48 monitoramento da qualidade da água àquela prevista no PMQQS, para subsidiar uma análise  
49 integrada pelo grupo de trabalho de acompanhamento do programa e pela CT-SHQA. Amplo  
50 debate. Encaminhamento: alinhamento entre a UHE Aimorés e a Fundação Renova para  
51 apresentação à CTSHQA de Plano de Ações para o monitoramento da qualidade da água durante o  
52 procedimento de limpeza de fundo, no prazo de 15 dias. As medidas de resgate e transposição da  
53 fauna aquática a serem executadas pela UHE Aimorés devem estar alinhadas com as diretrizes do



54 TR4 – Monitoramento da Ictiofauna, definido pela CT-BIO. O representante do IEF e membro da  
55 CT-Bio foi indicado como ponto focal para disponibilização das informações à equipe da UHE. A  
56 SEMAD verificará junto à Superintendência de Meio Ambiente do Leste de Minas se foi  
57 protocolado algum documento da UHE Baguari referente ao procedimento de limpeza de fundo. Em  
58 seguida, o representante do IEF apresentou as interfaces entre os programas da CT-BIO, da CT-  
59 Saúde, da CTEI e da CTOS, ressaltando as diferentes competências dos diversos órgãos da  
60 Administração Pública sobre o controle da sanidade do pescado, a defesa do consumidor e a saúde  
61 pública. Também abordou aspectos relacionados à restauração da biodiversidade e recomposição do  
62 estoque pesqueiro, bem como a futura retomada da atividade de pesca, com a promoção de espécies  
63 nativas e controle de espécies exóticas. Mencionou as proibições da pesca, ambientais ou sanitárias,  
64 e os impactos sobre os direitos trabalhistas e previdenciários das populações afetadas, citando  
65 processos indenizatórios de pescadores profissionais e amadores, e o uso de dados públicos na  
66 identificação dos atingidos e o cálculo indenizatório. Em seguida, explicou que o IEF flexibilizou a  
67 proibição total à pesca no rio Doce, liberando-a somente para espécies exóticas, em consequência  
68 da inexistência de motivação ambiental para a proteção das mesmas e do entendimento da  
69 Previdência Social de que, com a restrição total, os pescadores profissionais perderiam direitos  
70 previdenciários. Mas que não existe, até o momento, uma avaliação conclusiva do risco potencial  
71 do consumo do pescado para a saúde humana, o que tem gerado muita ansiedade na população e  
72 cobranças por parte da sociedade ao órgão ambiental. Esclareceu, entretanto, que o IEF não detém  
73 as competências para o controle da sanidade do pescado ou para o disciplinamento de sua pesca,  
74 transporte ou comércio, em função da defesa do consumidor ou da saúde pública. Além disso,  
75 explanou que não há nenhuma restrição à pesca continental no Estado do ES, mas persiste a  
76 proibição judicial total à pesca na foz do rio Doce e na região marinha adjacente, gerando  
77 questionamentos aos órgãos gestores. Citou o estudo realizado pela Universidade Federal do Vale  
78 do Jequitinhonha e Mucuri que apontou concentrações de metais pesados acima dos limites legais  
79 em 50% das amostras de peixes da microrregião de Governador Valadares. Todavia, considerou a  
80 amostragem bastante restrita para que os resultados possam ser extrapolados para toda a bacia  
81 hidrográfica. Por outro lado, foi entregue pela Fundação Renova estudo de contaminação que  
82 aproveitou as amostras do primeiro monitoramento da Ictiofauna, baseado em amostragem mais  
83 abrangente, mas, ainda assim, reduzida, que não apontou contaminação por metais acima dos  
84 limites legais. O representante do ICMBio informou relatório recente do IBAMA que discorre sobre  
85 a validação dos pontos de amostragem do programa de monitoramento executado pela Renova, mas  
86 que ainda não foi possível fazer a análise. O representante da SES/MG informou que não existe  
87 estudo sobre contaminação de peixes do rio Doce que possa ser adotado como referência pela  
88 Vigilância Ambiental, e que não está no escopo das atribuições da SES o monitoramento do pescado  
89 in natura, mas sim o risco à saúde humana. A Diretoria de Vigilância Sanitária de Alimentos da SES  
90 fiscaliza os estabelecimentos que processam ou comercializam o pescado. Logo, no entendimento  
91 da SES, a atribuição de avaliar a sanidade do pescado seria da SEAPA, por meio do Instituto  
92 Mineiro de Agropecuária. No nível federal, caberia ao MDIC, que absorveu as atribuições da antiga  
93 Secretaria da Pesca ou do MAPA, responsável pelo Serviço de Inspeção Federal. Lembrou que a  
94 UFMG participa da rede nacional da pesca e agricultura, e que possui laboratórios com capacidade  
95 técnica para realizar essas análises. Citou ainda que a ANVISA emitiu um relatório que indica que  
96 não há restrições ao consumo de peixes do rio Doce, abrangendo avaliação somente da região da  
97 foz. Após os debates, concluiu-se que não há uma referência técnica robusta sobre a contaminação  
98 dos peixes do rio Doce e que, conseqüentemente, os órgãos competentes provavelmente não terão,  
99 nesse momento, condições de quantificar o risco potencial à saúde humana advindo do consumo de  
100 pescado da região afetada. Os participantes também concordaram que ainda não há um processo de  
101 discussão organizado no âmbito do CIF sobre esse tema. Encaminhamento: será proposto ao CIF a  
102 realização de seminário técnico com o objetivo de se discutir e propor diretrizes para avaliação da  
103 contaminação dos peixes do rio Doce e do risco potencial à saúde humana advindo do consumo de  
104 pescado da região afetada, bem como de propor recomendações de políticas setoriais nessa seara. O  
105 Seminário deverá incluir a participação dos membros das CT-BIO, CT-Saúde e CT-SHQA, e demais  
106 órgãos de governo nos níveis estadual e federal responsáveis pelo meio ambiente, pela defesa  
107 agropecuária, pela saúde e pela defesa do consumidor, com envolvimento na questão da pesca,



108 assim como de pesquisadores de universidades com qualificação técnica no assunto. A estruturação  
109 da proposta programática do seminário ficará a cargo dos coordenadores da CT-Saúde e da CT-BIO,  
110 e os custos para sua realização a cargo da Fundação Renova. As questões referentes à recomposição  
111 dos estoques pesqueiros e à retomada da pesca, aos direitos trabalhistas e previdenciários dos  
112 pescadores e às indenizações devidas a eles deverão ser tratadas em reuniões específicas, com a  
113 participação da CT-BIO, da CTOS e da CTEI. Ao final, o Secretário-Executivo do CIF agradeceu a  
114 presença de todos. A Reunião Intercâmaras do CIF se encerrou às dezessete horas e trinta minutos  
115 do dia vinte e quatro de novembro de 2017.



Secretário-Executivo do CIF  
IRAMA/PRESIDÊNCIA